



ACÓRDÃO Nº736/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11364/2017.

Apensos: Processo nº 11396/2017 e 11468/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação – SEMEF.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Ulisses Tapajós Neto (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1824/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - SEMEF. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Ulisses Tapajós Neto**, responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, no curso do exercício de 2016, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.2. Dar quitação ao **Sr. Ulisses Tapajós Neto**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.3. Determinar que seja recomendado ao atual Secretário da SEMEF, que não se repitam as impropriedades elencadas como restrições não sanadas no presente processo, correspondentes aos itens 01, 06, 07 e 13 do Relatório-Voto, de modo que nas próximas prestações de contas anuais:

10.3.1. Encaminhe as devidas informações quanto às contas que compõem as transferências financeiras constantes no Balanço Financeiro;



ACÓRDÃO Nº736/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.2. Siga a obrigatória ordem cronológica para os pagamentos dos Restos a Pagar, efetuando-os no seu tempo certo, bem como que as despesas constantes nos Restos a Pagar sejam sempre esclarecidas;

10.3.3. Comprove a conclusão dos serviços contratados pelo ente.

10.4. Arquivar o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição